



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1797906 - RS (2020/0315008-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : AGROPECUARIA IMBE LTDA
AGRAVANTE : VILMAR DADDA
ADVOGADO : ANDRÉIA CRISTINA HEBERLE - RS087122
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PR021777
NELSON PILLA FILHO - RS041666
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI - RS060292

DECISÃO

Cuida-se de Agravo em Recurso Especial, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por AGROPECUÁRIA IMBÉ LTDA E VILMAR DADDA, em face de decisão denegatória de seguimento de recurso especial.

No julgamento do recurso de apelação, assim se pronunciou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (fls. 662-683):

APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA CITRA PETITA. NULIDADE PARCIAL. JULGAMENTO DA QUESTÃO SUPRIMIDA ANTE O PERMISSIVO LEGAL DO ART. 1.013, §§ 1º E 3º, INCISO III, DO CPC/15. COMISSÃO DE CONCESSÃO DA GARANTIA (CCG). GARANTIA GARANTIA COMPLEMENTAR. FUNDO DE DE OPERAÇÕES COMPULSÓRIO, COMISSÃO (FGO). JUROS PARCELAMENTO REMUNERATÓRIOS. PERMANÊNCIA. DE CAPITALIZAÇÃO MENSAL. REDIMENSIONAMENTO ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SENTENÇA MODIFICADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS REDIMENSIONADOS.

Sentença cifra petita. A ausência de análise, pelo juízo de origem, de todas as alegações formuladas na inicial, configura a sentença citra peti -a, o que acarreta sua nulidade. No caso, não foi analisado o pedido de nulidade da garantia complementar - FGO. No entanto, estando o processo pronto para julgamento, passa-se à análise do mérito recursal, nos termos do art. 1.013, §§1º e 3º, inciso III, do CPC/2016. Readequação da sentença aos limites da lide. Ausência de outorga uxória. No caso dos autos, o embargante subscreveu o título na condição de principal pagador, sendo devedor solidário da obrigação, o que de plano afasta a necessidade de outorga uxória. Inobstante este fato, a alegação de nulidade do aval somente pode ser demandada pelo cônjuge a quem cabia concedê-la ou

por seus herdeiros, na forma do art. 1.650 do Código Civil. No caso dos autos, quem postula a decretação de nulidade do aval prestado é o próprio avalista, ora embargante, não se aplicando, portando, o art. 1.647, III, do CC. Juros remuneratórios. O ST1 já consolidou o entendimento de que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios ao patamar de 12% ao ano ou à Taxa Selic, sendo admitida a revisão deste encargo apenas em situações excepcionais, em que caracterizada a abusividade da taxa pactuada. No caso em tela, os juros remuneratórios fixados nos contratos. não destoam da taxa média de juros fixada pelo BACEN, pelo que não há falar em abusividade a justificar a limitação desse encargo. Sentença modificada neste tocante. Capitalização de juros. Aplicação das orientações do Superior Tribunal de Justiça, extraídas do julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia n. 973.827/RS. No caso, existe cláusula autorizando a capitalização mensal de juros. Logo, se admite a cobrança do encargo na periodicidade prevista Comissão de permanência. A importância à título de comissão de permanência é devida, no período da inadimplência, quando pactuada, e não poderá ultrapassar a soma dos juros remuneratórios contratados, mais juros moratórios de 12% ao ano e multa de 2% do valor da prestação, nos termos do artigo 52, § 1, do CDC (REsp 1.058.114-RS). Descabida sua cobrança apenas quando reconhecida a abusividade dos encargos da normalidade (juros remuneratórios e capitalização), o que não é o caso dos autos. Fundo de garantia de operações (FGO) e acessórios: O Fundo de Garantia de Operações tem a finalidade de prestar garantia complementar do empréstimo. A contratação é lícita quando expressa ajustada; e não constitui venda casada, tampouco isenta o contratante/devedor do pagamento da sua obrigação. A denominada Comissão de Concessão de Garantia (CCG) constitui encargo destinado a constituir Fundo de Garantia de Operações (FGO) que tem a finalidade de prestar garantia complementar do empréstimo. A sua contratação é lícita quando expressa e claramente ajustada, e não constitui venda casada ao contrato de mútuo. Circunstância dos autos que se impõe manter a decisão recorrida também neste tocante. REJEITARAM A PRELIMINAR RECURSAL E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DOS EMBARGANTES. DERAM PROVIMENTO AO APELO DO EMBARGADO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração apresentados foram rejeitados, o que ensejou a interposição de recurso especial, cujo juízo de admissibilidade foi negativo, o que levou à apresentação do presente agravo em recurso especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do

bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso em epígrafe, as instâncias originárias, mediante análise do conjunto fático-probatório dos autos, chegaram à conclusão de que não possui razão a parte recorrente com relação ao pleito de reconhecimento de que o título executivo não é líquido, certo e exigível. Outrossim, verifica-se a probabilidade de confirmação da negativa de seguimento do recurso especial diante da fundamentação apresentada pelo Tribunal *a quo* no sentido de que (fls. 838-847):

Nesse contexto, rever, no caso concreto, a configuração de venda casada, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciados das Súmulas 5 (“A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial”) e 7 (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”) do Superior Tribunal de Justiça.

[...]

Assim, a redução da taxa dos juros remuneratórios ocorrerá de forma excepcional e dependerá da comprovação da onerosidade excessiva – capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – em cada caso concreto, tendo como parâmetro a taxa média de mercado para as operações equivalentes.

Na hipótese em exame, adotando tais orientações, o Órgão Julgador verificou a inexistência de abusividade na taxa de juros pactuada (fl. 584/verso), razão pela qual não há falar em limitação dos juros remuneratórios contratados.

[...]

Ocorre que, não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do agravo em recurso especial, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária.

Na espécie, a parte requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, não tendo desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifique a atuação em regime de plantão.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARESP - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DECISÃO TERATOLÓGICA OU CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.

1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é

excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

2. A probabilidade de negativa de seguimento do recurso especial demonstra a ausência do fumus boni iuris, requisito imprescindível ao deferimento da tutela de urgência.

3. Não se tratando de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência desta Corte, bem assim ausente a demonstração da plausibilidade do direito invocado, requisito imprescindível ao cabimento da pretensão cautelar, impõe-se o seu indeferimento.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl na Pet 11773/SP, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 17/08/2017, grifo meu).

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Distribua-se o processo ao Relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência